

## Uma Constituição de alto risco

**TULLIO DE AZEVEDO**

O projeto apresentado pelo Cabral, o de Manaus, se aprovado pelo plenário da Constituinte "no estado", iria transformar-se numa Constituição de alto risco por estar contaminado pela A.I.D.S.

Isso mesmo: A.I.D.S.!

Explica-se: essa sigla é formada pela primeira letra do que tem caracterizado a síndrome do progressismo nativo, de qualquer nação, vistam seus membros camisa vermelha, amarela, desde algodão cru, até cambraia de linho importada, ou mesmo os fisiológicos que preferem a de Vênus:

Abobrinha  
Incrementada de  
Demagogia  
Suicida.

De acordo com o que foi intenso e extensamente divulgado pelos meios de comunicação, apresentando a análise de respeitáveis cidadãos de reconhecido saber e acima de qualquer suspeita, não faltam "abobrinhas" no projeto: ecásticas, líricas, surrealistas, para todo gosto.

Talvez, para orgulho nacional, possa até resultar em inscrição no livro mundial de recordes! Além de bananas, também temos "abobrinhas" para dar e vender...

Entretanto, a maior parte dessa salta inusitada não resultará em mal maior do que as pragas do Bento Carneiro, vampiro brasileiro, progressista.

Mas, caso sejam manidas pelo plenário da Constituinte, os artigos e parágrafos portadores de A.I.D.S., com a mesma redação do Projeto Cabral II, vamos ter uma Constituição de alto risco.

Alguns dos artigos "aidéticos" são os seguintes:

o estabilidade do empregado decorrente da "garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada";

o a reforma agrária em que "o direito de propriedade da terra corresponde a uma função social", quando essa "função social" admite mais interpretações do que passageiro em trem de subúrbio;

o o sistema de governo parlamentarista, ideal para a tomada de poder pelos "xixitas", via assalto ao Parlamento;

o a reserva de mercado na informática e o monopólio da distribuição da gasolina e derivados do petróleo.

Nesta oportunidade vamos pinçar somente dois desses artigos de texto surrealista, expressão da ativação sistemática do inconsciente e do irracional, do sonho e dos estados mórbidos, segundo o "Aurélio".

O Brasil, que já foi o "país do pau-de-sebo", hoje, depois da "opção pelos pobres", é o "país do pau-de-sebo" para grande parte dos seus quase 140 milhões de habitantes.

Essa parcela da população tem de enfrentar, mês a mês, a subida no "pau-de-sebo" para ir pegar, lá no alto e bem na pontinha, num saquinho, o seu ganho de sobrevivência.

Dentre estes, destacam-se as multidões do "salário mínimo" e do "não mereço tanto!"

Para eles o "pau-de-sebo" é longo, grosso e fartamente untado com sebo. São obrigados a enorme esforço para pegar o saquinho contendo minguados cruzados.

Como é constrangedor vê-los lado a lado dos "marajás" — supostos servidores desse povo — os quais, enfatuados, com simples esticar do braço bem nutrido colhem, com a mão gorda, o sacão com centenas de milhares de cruzados. Sem contar as mordomias...

Haja saco!

E o "seu" Cabral — não o que descobriu o Brasil mas "O outro" — nenhum dispositivo incluiu no seu texto para "casar" os odiados privilégios ou, ao menos, impedi-los no futuro.

Entretanto, incluiu a garantia de emprego protegido contra despedida imotivada, que poderá tornar-se um jogo de "quem ganha, perde".

Ao invés de se proteger a "galinha dos ovos de ouro", contra a morte imotivada, para continuar a pôr "ovos de ouro" pelo trânsito natural, um por mês, devagar mas sempre, vão abrir-lhe a barriga norteados pela ganância cleiçoira.

A Consolidação das Leis do Trabalho — C.L.T. já previa, antes de 1964 e na vigência da Constituição de 1946, a estabilidade para o empregado que completasse dez anos de serviços na mesma empresa, bem como indenização de um salário por ano de vinculação à empresa, quando da despedida imotivada, até o décimo ano.

A experiência colhida no período de vigência desse dispositivo é a de que a

grande maioria dos empregados — que sofre do mal crônico de falta de dinheiro — preferia negociar um acordo, segundo o qual a estabilidade era trocada por "ruru na mão do menino"... ou da "meuina"...

A justificação dessa tendência é simples e objetiva: estabilidade não se come!

Num país de gente muito pobre todos entendem essa atitude.

A ansiedade em pôr a mão no dinheiro perdurou com o advento do "Fundo de Garantia por Tempo de Serviço", com a prática quase universal dos assalariados de provocarem a despedida imotivada, ou até de pedir que o patrão os demitisse, para embolsar a indenização.

Raros os casos em que as partes, desejando a estabilidade, não se arrependem, porque o patrão constatava que o empregado diminuía a produtividade e a eficiência, e o empregado, à medida que envelhecia, ia-se conscientizando que, aposentado ou morto, a estabilidade não lhe serviria de nada.

Na realidade, a quase totalidade dos assalariados prefere maiores salários e benefícios como transporte, alimentação e assistência médica, pois, a que o INPS oferece é uma calamidade.

Por outro lado, deseja que o INPS provenha aposentadoria para viver com dignidade, com segurança, com proventos que permitam dar continuidade, na velhice, ao padrão de vida que usufruiu nos 35 anos de trabalho.

E um seguro desemprego, de bom tamanho, seria um complemento bem-vindo.

Alguns sindicalistas, como Medeiros e Magri, vêm alertando os Constituintes de que a estabilidade no emprego não é solução para o real problema dos assalariados: a baixa remuneração.

Ao contrário, irá agravar o desemprego, deteriorar os salários e desestabilizar a economia com o encolhimento ou extinção das empresas privadas e a fuga das multinacionais.

Ambas têm tido o privilégio de desenvolver a economia do País, criar riquezas, pagar bons salários. Ainda mais, de pagar os gastos absurdos e nunca bem explicados do Estado.

Agora vamos cuidar de outro artigo "aidético": o que estabelece que "o direito de propriedade da terra corresponde a uma função social".

O que é essa função social?

Cada um dos grupos que se formaram ao redor da reforma agrária a entende conforme suas conveniências.

Para "A Pastoral da Terra" e PCs, tal função consiste em que a terra deva servir como abrigo e meio de subsistência para a gente do campo que ainda não possui propriedade agrícola.

Segundo seus membros, para atingir essa meta — com a lei ou "na marra" — só há um caminho: tomar de quem tem e distribuir entre os "sem-terra" mas também sem técnica moderna, sem meios de financiar a atividade e, muitos até, sem vocação agrícola.

Tal situação exigirá um maciço investimento do Estado para, a médio prazo, tentar mudar as condições para melhor, à custa da Nação já às portas da falência.

Porém, a curto prazo, resultará numa estrutura fundiária de minifúndios de subsistência, de baixa produtividade, tomando espaço onde a iniciativa privada implantou propriedades agropastoris modernas e de elevados níveis de produção, que hoje alimentam cerca de 130 milhões de habitantes e geram excedentes para exportar.

Não estão na mira das Esquerdas e da "Pastoral da Terra" as terras devolutas do Estado, nem as das novas fronteiras agrícolas, mas as de particulares, melhor localizadas e muito bem trabalhadas.

O que importa é distribuir terra como quem distribui saquinho na porta da igreja, ou panfletos em comício, sem se importar com as conseqüências, desde que resulte em votos.

E daqui a 20, 40 e 60 anos, o que dar para as novas gerações dos "sem-terra" descendentes dos "ex-sem-terra"?

Os "minifúndios" serão retalhados em "microfúndios"?

Isto acontecendo, vamos embarcar na "máquina do tempo" do dr. Papanastás e retroagir para a época das "missões": a dócil comunidade arando, plantando, orando, colhendo, suando e a casa paroquial gerenciando e faturando uma produção de subsistência.

Este "milagre progressista" vai resultar, nas cidades, em milhões de "sem-comida"...

Matematicamente, as Esquerdas ostensi-

vamente apoiam a "Pastoral da Terra" mas, de fato, só querem tirar as castanhas do fogo com a mão do gato.

Para os PCs, a estrutura agrária e a forma pela qual vai operar são bem diferentes, podendo assim serem resumidas: a terra expropriada é do Estado, dirigida pela "Nomenklatura" agrária, composta com membros do Partido Único, e a comunidade agrícola arando, plantando, colhendo, suando e os dirigentes, "a la fresca", gerenciando e faturando.

Então, sacerdote vai aprender que seu lugar é na igreja cuidando das almas — como na Rússia, Cuba e Cia. — e que fazer política é prerrogativa dos membros do Partido Único, os "sem-alma" do materialismo.

E temos conversado...

Mas há uma outra definição para a "função social da terra": sua produtividade.

Nesta conceituação, não importa a quem pertence a terra, mas sim que seja capacitada a produzir para alimentar condignamente a população do país. Ainda mais: que possa gerar excedentes exportáveis de grãos e carne para obter divisas necessárias ao processo de trocas com outros países.

Os países do Ocidente, dentre os quais se destacam os E.U.A. e o Canadá, adotam esses princípios, o que lhes têm possibilitado exportar excedentes agropastoris para as nações que coletivizaram a agricultura, onde o Estado é o proprietário e gestor do uso da terra.

A experiência universal consagrou a fórmula: propriedade privada da terra, explorada segundo os princípios da livre iniciativa e da economia de mercado, empregando moderna tecnologia, em processo contínuo de desenvolvimento, para obter-se elevada produtividade e qualidade ao menor custo.

Essa deve ser a nossa vocação!

Foi a produtividade crescente em função dos avanços tecnológicos que derrubou a teoria de Malthus que, há mais de um século, previa a impossibilidade de alimentar a população mundial porque esta crescia em progressão geométrica e a produção agropastoril em progressão aritmética.

A tal situação, como previu Malthus, vai chegar ao nosso país se forem adotados

os anacrônicos conceitos do distributivismo ou coletivização para a reforma agrária em curso.

Essas "figueiras difíceis", que são os mentores do distributivismo, ainda estão apegadas à mentalidade e cultura político-econômica do século XIX quando já chegamos ao limiar do século XXI, uma época que vai ser marcada pela evolução política e modernização sócio-econômica da Rússia, China e Europa Oriental.

Deng Xiaoping e Gorbatchev — introdutores das modernas políticas do kaifang e do glasnost — se defendessem suas linhas na Constituinte brasileira seriam imediatamente acusados pelos possessos "xixitas" indígenas como reacionários, fascistas e comprometidos com o "Centrão retrogrado"...

E tome sandálias havaianas no cocotuto, juntamente com noitinhas de cruzados, democraticamente lançadas das galerias pelas "patrulhas" de plantão, as quais, quando femininas, ainda não estão gritando ou jogando: calcinhas, calcinhas e Exocet...

Esquerdistas históricos, oportunistas fantasiados de centro-esquerda e badencineros associados vêm empurrando os Constituintes menos esclarecidos para que aprovem as A.I.D.S., porque, segundo eles, estas são "conquistas do povo" e deverão constar de uma lei magna "moderna", "ágil" e "democrática"...

Caso vença a fórmula anacrônica de distribuição da terra como um fim em si, terenos enconstrado a fórmula infalível para criar a desestabilização econômica, a ebulição social, enfim, o caos.

O resultado vai ser o Brasil caminhando para o Quarto Mundo, ao lado de Moçambique, Etiópia, Albânia e outros "exponentes" dentre os Estados "marxistas", empurrado pela gritaria dos "xixitas", "albaneses" e "maoístas" nativos.

Com fé e oração, vamos pedir a Nossa Senhora de Fátima, cuja imagem está cruzando o Brasil para o reencontro com os fiéis que vivem pelo verdadeiro Evangelho de Cristo, para interceder junto a Deus, Nosso Pai, Senhor do Universo e Infinito, que nos poupe tamanhas desgraças.

E Nossa Senhora de Fátima compreende muito bem do que falamos!

O autor é profissional de Relações Públicas